



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
TERMO DE REFERENCIA

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na lei federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, elaboramos o presente Termo de Referência o qual visa fornecer elementos, que consideramos suficientes, para a aprovação por parte da autoridade competente, com vistas a dar subsídios para apresentação da proposta de preços, **objeto de procedimento**, a ser efetuada pela Superintendência Municipal de Licitações (SUPEL), nos termos da legislação vigente e em conformidade com os itens abaixo elencados.

2. OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de bandeiras oficiais da República Federativa do Brasil, do Estado de Rondônia e do Município de Theobroma, para atender às demandas protocolares e institucionais da Secretaria de Gabinete da Prefeitura Municipal de Theobroma.

O objeto da contratação tem natureza de como bens e serviços comuns, conforme o estabelecido no Art. 6º, inciso XXIII da Lei n. 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTD
01	Bandeira do Brasil 2 PANOS (90 X 128 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03
02	Bandeira do ESTADO DE RONDÔNIA 2 PANOS (90 X 128 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03
03	Bandeira do MUNICIPIO DE THEOBROMA 2 PANOS (90 X 128 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03

04	Bandeira do Brasil 3 PANOS (1,35 X 1,93 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02
05	Bandeira do Estado de Rondônia 3 PANOS (1,35 X 1,93 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02
06	Bandeira do Município de Theobroma 3 PANOS (1,35 X 1,93 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03
07	Bandeira do Brasil 6 PANOS (2,70 X 3,85 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02
08	Bandeira do Estado de Rondônia 6 PANOS (2,70 X 3,85 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02
09	Bandeira do Município de Theobroma 6 PANOS (2,70 X 3,85 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03

4. DA JUSTIFICATIVA

A presente solicitação visa à aquisição de bandeiras oficiais da República Federativa do Brasil, do Estado de Rondônia e do Município de Theobroma, com o objetivo de atender às demandas protocolares, cerimoniais e institucionais da Secretaria de Gabinete da Prefeitura Municipal de Theobroma.

As bandeiras oficiais são símbolos nacionais, estaduais e municipais de grande relevância, cuja presença é obrigatória em repartições públicas, conforme estabelecido na **Lei nº 5.700/1971**, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Esses símbolos desempenham papel fundamental na representação da soberania, da identidade e do respeito às instituições

públicas, sendo utilizados em eventos solenes, cerimônias oficiais, recepções a autoridades e demais atos institucionais.

A aquisição se faz necessária diante da necessidade de substituição de bandeiras já desgastadas pelo uso e pelo tempo, bem como para suprir novas demandas da Secretaria de Gabinete, garantindo a correta composição simbólica nos ambientes e cerimônias oficiais da administração pública municipal.

Dessa forma, a aquisição das bandeiras oficiais visa assegurar a observância das normas legais e o adequado cumprimento do protocolo institucional, reforçando o respeito aos símbolos que representam a Nação, o Estado e o Município.

4. FUNDAMENTO LEGAL

A contratação está em consonância com os ditames legais vigentes, em especial, a legislação abaixo:

Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Decreto nº 9.507/2018, que orienta as contratações dos serviços pela Administração Pública.

Decreto Municipal nº 3567/GP/PMT/2023, de 09 de março de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de abril de 2021, dos procedimentos para a realização de contratação no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do município de Theobroma, bem como dos seus respectivos processos de pagamentos.

Decreto nº 3.660/GP/PMT/2023, de 26 de outubro de 2023, que **dispõe sobre a regulamentação do inciso VII do caput** do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Plano Anual de Contratações no âmbito da administração pública municipal direta e autárquica de Theobroma, e dá outras providências.

Lei Federal 123/06 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Lei Municipal 535/2016 Institui a Lei Geral Municipal da Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual e dá outras providências.

Decreto nº 1613/2016 Regulamento o tratamento favorecimento, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte agricultores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

A presente contratação tem por objeto a aquisição de bandeiras oficiais da República Federativa do Brasil, do Estado de Rondônia e do Município de Theobroma, destinadas ao atendimento das necessidades institucionais da Administração Pública Municipal, em especial para uso em prédios públicos, eventos oficiais e cumprimento de normas de representação cívica.

A contratação direta encontra respaldo no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a possibilidade de dispensa de licitação para contratações de baixo valor, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores ao limite legal para compras e serviços.

Nos termos do art. 182 da Lei nº 14.133/2021, os valores estabelecidos na referida norma poderão ser atualizados periodicamente pelo Poder Executivo Federal, com base em índice oficial

de inflação.

Nesse contexto, os limites para dispensa de licitação foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.807/2025, que fixou novos valores para as contratações públicas, devendo ser observados pela Administração Pública no momento da instrução processual.

Dessa forma, estando o valor estimado da contratação dentro do limite atualizado para compras e serviços, resta configurada a hipótese legal de dispensa de licitação em razão do valor, sendo a contratação direta medida juridicamente adequada e alinhada ao princípio da eficiência administrativa.

A instrução do processo deverá observar, ainda, o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, contemplando, no mínimo:

- a realização de pesquisa de preços, conforme regulamentação vigente;
- a justificativa do preço, demonstrando compatibilidade com os valores de mercado;
- a justificativa da escolha do fornecedor;
- a formalização do processo administrativo com os documentos exigidos;
- a divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Adicionalmente, a presente contratação deverá observar os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

Ressalta-se que o objeto da contratação consiste em bens comuns, de baixa complexidade e amplamente disponíveis no mercado, não demandando soluções técnicas sofisticadas, o que reforça a adequação da contratação direta por dispensa de licitação.

Por fim, a presente contratação atende ao interesse público, garantindo a adequada identificação e representação institucional do ente público, em conformidade com os preceitos legais e administrativos aplicáveis.

DO VALOR ESTIMADO

Para se obter os valores foram realizadas pesquisa de mercado junto a fornecedores do ramo de atividade do objeto da contratação, conforme abaixo e documentos/cotações juntados aos autos, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Quant.	Und	Valor Unit	Valor Total
1	Bandeira do Brasil 2 PANOS (90 X 128 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em	UND	03	277,13	831,39

	ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.				
2	Bandeira do ESTADO DE RONDÔNIA 2 PANOS (90 X 128 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03	296,00	888,00
3	Bandeira do MUNICIPIO DE THEOBROMA 2 PANOS (90 X 128 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03	330,33	990,99
4	Bandeira do Brasil 3 PANOS (1,35 X 1,93 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02	426,17	852,34
5	Bandeira do Estado de Rondônia 3 PANOS (1,35 X 1,93 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02	453,00	906,00
6	Bandeira do Município de Theobroma 3 PANOS (1,35 X 1,93 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em	UND	03	506,10	1.518,30

	metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.				
7	Bandeira do Brasil 6 PANOS (2,70 X 3,85 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02	1.116,00	2.232,00
8	Bandeira do Estado de Rondônia 6 PANOS (2,70 X 3,85 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	02	1.205,80	2.411,60
9	Bandeira do Município de Theobroma 6 PANOS (2,70 X 3,85 cm), confeccionada em tecido de nylon (próprio de quedas tela especial), com costuras reforçadas em toda volta e tralha lateral esquerda com 2 (dois) ilhós em metal para fixação do mastro, com letras e estrelas bordadas em ambas as faces. Produzida de acordo com a lei 5.700/71 e 8.421/92 e suas alterações. Para uso externo.	UND	03	1.392,13	4.176,39
Valor total				14.807,01	

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- . Responsabilizar-se pelo fornecimento dos itens objetos da licitação, atendendo os requisitos e observadas às normas constantes do Edital;
- . Entregar os objetos nos locais indicados pela CONTRATANTE.
- . Atender, durante o período de garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito;
- . Cumprir os prazos estipulados no contrato e as especificações dos materiais, objeto da licitação;

- . Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios redibitórios, defeitos ou incorreções, não ocasionados pelo contratante, durante toda a vigência do contrato e da garantia;
 - . Realizar o fornecimento do objeto dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo as exigências legais;
 - . Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto;
 - . Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;
 - . Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução do contrato. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor pela execução de qualquer serviço;
0. Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura do contrato, aceito pela Secretaria Municipal responsável, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos do contrato;
 1. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações e demandas decorrentes de danos sejam por culpa da empresa ou de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se conseqüentemente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidos por força de lei, ligados ao cumprimento da presente licitação;
 2. Comunicar a Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 3. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
 4. Proceder a entrega dos materiais, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga;
 5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive transporte até o local indicado para entrega, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento do equipamento;
 6. Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

7. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por servidor especialmente designado pela Administração, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo de Referência.

- 7.3. Notificar por escrito à empresa prestadora dos serviços, as ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 7.4. Autorizar o acesso às dependências da CONTRATANTE, os empregados da empresa destinados a prestar os serviços contratados, desde que credenciados e devidamente identificados por crachá.
- 7.5. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 7.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;
- 7.7. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais ou aceitar as justificativas apresentadas pela Contratada.
- 7.8. Reunir-se com as CONTRATADAS, sempre que solicitado ou quando julgar necessário, em local e horário previamente acertado entre as partes, para dialogar, trocar informações e ideias e prestar esclarecimentos sobre as necessidades construtivas às quais os projetos deverão atender;
- 7.9. Manifestar-se acerca da inadequação das soluções propostas pelas CONTRATADAS;
- 7.10. Rejeitar o serviço, no caso do mesmo conter inadequações às necessidades construtivas ou de serem apresentados de forma diversa da prevista neste
- 7.11. Notificar as CONTRATADAS, na ocorrência da situação prevista no item anterior, para, no prazo de cinco dias, contados da notificação, reparar, corrigir, ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;
- 7.12. Receber os serviços, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no presente;
- 7.13. A contratante poderá suspender ou paralisar todo e qualquer serviço em andamento que não esteja sendo executado dentro das normas técnicas vigentes e destas Especificações.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. Após a realização da conferência de toda a documentação pelo Fiscal de Contrato a Contratada terá um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar a Nota Fiscal/Fatura à Administração.
- 8.1.1. O pagamento será efetuado pela contratante em até 30 (trinta) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.1.2. O pagamento será efetuado em uma única parcela, após o fornecimento do objeto descrito no item 3 deste Termo de Referência.
- 8.1.3. Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento poderá ser retido ou glosado, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 8.2. Nota Fiscal/Fatura será apresentada pela empresa contratada, e deverá conter o detalhamento dos serviços executados, bem como, os seguintes elementos necessários e essenciais do documento.
- 8.3. Em caso de irregularidades ou imperfeições na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.

8.4. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os serviços contratados não estiverem em perfeitas condições com o descrito neste Termo de Referência ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas pela CONTRATADA.

8.5. Efetuar as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, conforme decreto municipal nº 3615/2023, de 10 de julho de 2023 que dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda na Fonte nos pagamentos a fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta no Município de Theobroma, e dá outras providências

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados ao pagamento das despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão pelo Orçamento da Secretaria Municipal, no exercício de 2025, de acordo com o orçamento do exercício respectivo.

As despesas correrão com recursos de acordo com a seguinte Dotação Orçamentária:

020100. GABINETE DO PREFEITO

2.002. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE

3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha 23

10. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços caberão diretamente à Secretaria Municipal, através de servidor responsável, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente a prestação dos serviços, nos termos da Lei 14.133/21 e aos demais documentos que o integram;

10.2. O Fiscal do Contrato não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela empresa para a execução do objeto do presente Termo de Referência, cabendo-lhe no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com a execução, comunicando à empresa, através do seu representante, as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior;

10.3. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto e termos do presente instrumento deverão ser prontamente atendidas pela empresa, sem ônus à Secretaria Municipal.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento de qualquer das condições descritas neste documento ou à não execução total ou parcial por parte da CONTRATADA de qualquer do objeto discriminados neste instrumento, implicará a faculdade de a CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente (artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021), aplicar multas e sanções previstas em lei.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

11.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.3. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a seguintes sanções:

11.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, conforme estabelece o art. 156, § 2º da Lei nº 14.133/2021;

11.3.2. Aplicação de multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas ora citadas;

11.3.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, consoante o art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, como prevê o art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021;

11.3.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

11.3.6. A Advertência será aplicada exclusivamente pela infração de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.3.7. A Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

11.4. Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

11.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 2021, subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para empresas locais de Theobroma e do município de Jaru/RO, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos para empresas dentro do Estado de Rondônia e 60 (sessenta) corridos para empresas fora do estado na totalidade do objeto contratado, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou Instrumento de Contrato, se for o caso.

Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central (RO 464). A entrega deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, ISENTANDO A ADMINISTRAÇÃO DE QUAISQUER CUSTAS ADICIONAIS.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

Atestado (s) de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovado o desempenho da licitante em contrato (s) pertinente e compatível em características, quantidades e prazos ao do objeto da licitação, observando as peculiares do objeto.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


16.1. Os casos omissos relacionados a este documento regular-se-ão pelos preceitos do Direito Público aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do Direito Privado, na forma dos artigos 89 e 92, da Lei nº 14.133 de 2021.

Renato de Oliveira

JULIANO DA SILVA EBERHARD
Secretário


Gilliard dos Santos Gomes
Prefeito Municipal

Av. 13 de fevereiro, 1431 - Centro - Theobroma/RO CEP: 76.866-000
Contato: (69) 3523-1144 - Site: www.theobroma.ro.gov.br - CNPJ: 84.727.601/0001-90

- 


SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DA SILVA EBERHARD, SECRETÁRIO DE GABINETE DO PREFEITO**, em 30/04/2026 às 10:39, horário de Theobroma/RO, com fulcro no art. 3 do [Decreto nº 3.857 de 18/12/2024](#).
- 

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **RENATO DE OLIVEIRA, COORDENADORIA DE DIR. TEC. ADM. DA SEGAP**, em 30/04/2026 às 10:58, horário de Theobroma/RO, com fulcro no art. 3 do [Decreto nº 3.857 de 18/12/2024](#).
- 

SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA

LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **GILLIARD DOS SANTOS GOMES, PREFEITO MUNICIPAL**, em 30/04/2026 às 11:52, horário de Theobroma/RO, com fulcro no art. 3 do [Decreto nº 3.857 de 18/12/2024](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.theobroma.ro.gov.br/theobroma, informando o ID **118002** e o código verificador **082B4E0A**.